

Informativo
SEMINÁRIO

10
anos

**CÓDIGO
PROCESSO
CIVIL**

Escola Superior
da Advocacia-Geral da União



AGU
ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO



Índice

Mensagem do Diretor-Geral da Escola Superior da AGU.....	4
O Código de Processo Civil e o Protagonismo da Advocacia Pública.....	6
Homenageados dos 10 anos do Código de Processo Civil.....	8
Diálogos Processuais.....	10
Saiu na Mídia.....	18
Expediente.....	22

Mensagem do Diretor-Geral da Escola Superior da AGU

“*É com enorme satisfação que celebramos o marco de dez anos de vigência do Código de Processo Civil de 2015, um diploma que não apenas modernizou o sistema processual civil brasileiro, mas estabeleceu um novo paradigma de cooperação e eficiência. Para nós da Escola Superior da Advocacia-Geral da União (ESAGU), este seminário representou mais do que uma solenidade, pois foi a oportunidade de realizar um balanço crítico indispensável sobre a atuação contenciosa da Advocacia Pública e a própria segurança jurídica do país. Ao longo deste evento, ficou claro que o amadurecimento das normas processuais trazidas pelo CPC permitiu à AGU um protagonismo ainda maior na defesa judicial do Estado e no fomento a soluções consensuais de conflitos. Olhamos para esta última década com o orgulho de quem viu a cultura jurídica se transformar, mas também com o olhar atento aos desafios futuros. Os subsídios acadêmicos e os debates aqui colhidos reafirmam o compromisso da nossa Escola Superior da AGU em promover o pensamento jurídico crítico, garantindo que a aplicação do CPC continue a ser um instrumento de justiça social e de fortalecimento das instituições democráticas.*”



João Carlos Souto,
Diretor-Geral da Escola Superior da AGU, Professor de Direito Constitucional, Doutor em Direito, Pesquisador Visitante no Max Planck Institute for Comparative Public Law (Heidelberg).

Seminário "10 anos do CPC" (Brasília, 17 e 18 de março de 2026)

Coordenador-Geral: João Carlos Souto

Coordenadores-Adjuntos: Paulo Mendes e Allan Titonelli



Paulo Mendes, Adjunto do Advogado-Geral da União.



Paulo Mendes

“

O CPC/2015 consolidou a consensualidade como pilar da pacificação social. Essa visão é sintetizada na máxima citada pelo ministro Jorge Messias: 'Nós nunca perdemos: ou ganhamos, ou celebramos um acordo.' ”

Adjunto do Advogado-Geral da União, Mestre e Doutor em Direito pela UFRGS, Pós-Doutor em Direito pela UFBA e pela Universidade de Salamanca (Espanha).



Allan Titonelli

“

O novo CPC trouxe uma profunda alteração de paradigma na matéria de honorários de sucumbência, ao estabelecer um regime mais objetivo, previsível e estruturado com percentuais definidos, critérios claros de fixação e uma valorização explícita da função de advocacia no sistema de justiça. ”

Procurador da Fazenda Nacional, Coordenador-Geral de Formação e Educação Continuada (ESAGU), Mestre em Administração Pública pela FGV.



Allan Titonelli, Coordenador-Geral de Formação e Educação Continuada (ESAGU).

O Código de Processo Civil e o Protagonismo da Advocacia Pública



(João Carlos Souto, Diretor-Geral da ESAGU; Clarice Calixto, Procuradora-Geral da União; Paulo Mendes, Adjunto do Advogado-Geral da União; Paulo Sérgio Domingues, Ministro do STJ; Flávio Roman, Advogado-Geral da União Substituto; Alex Sarkis, Procurador Nacional de Defesa das Prerrogativas do Conselho Federal da OAB).

Nos dias 17 e 18 de março de 2026, a Escola Superior da Advocacia-Geral da União (ESAGU) realizou, em Brasília (DF), o Seminário "Os 10 Anos de vigência do Código de Processo Civil". Durante o encontro, foi feito um balanço crítico da década que redefiniu o sistema processual civil no País, analisando o amadurecimento das normas e os próximos passos da segurança jurídica no País. Sob a coordenação científica do Diretor-Geral da Escola Superior da AGU, João Carlos Souto, o seminário forneceu subsídios essenciais para o aprimoramento da prática jurídica nacional e internacional. Juristas de grande renome marcaram presença na mesa de abertura do evento: o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Paulo Sérgio Domingues; o procurador nacional de defesa das prerrogativas do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB), Alex Sarkis; a procuradora-geral da União (PGU), Clarice Calixto; o advogado-geral da União substituto, Flávio Roman; e Paulo Mendes, adjunto do advogado-geral da União, que também foi um dos coordenadores científicos do Seminário. Uma década de maturação e desafios: Ao completar dez anos de vigência, o balanço é de profunda transformação cultural. A implementação do sistema de precedentes obrigatórios permitiu uma maior previsibilidade das decisões, enquanto as soluções consensuais de conflitos ganharam protagonismo nas rotinas da AGU. No entanto, o decênio também revela desafios: a adaptação plena à celeridade processual e a gestão dos impactos orçamentários das tutelas provisórias permanecem no centro do debate institucional. O seminário promovido pela ESAGU serve justamente para mapear essas lacunas e projetar as diretrizes para a próxima década. Uma década de maturação e desafios.

Protagonismo institucional e vozes do evento

Na abertura, o diretor-geral da ESAGU ressaltou o compromisso da Escola com o fomento do debate, da reflexão e da formação acadêmica. Para Souto, "o evento permite refletir não somente sobre os 10 anos passados do CPC, mas também os 10 anos vindouros. Temos certeza de que o Código está consolidado, mas é preciso refletir e fazer o debate sobre temas candentes".

Em seguida, Alex Sarkis, procurador nacional de Defesa das Prerrogativas do Conselho Federal da OAB, enfatizou que "a advocacia pública caminha cada vez mais próxima da OAB, ocupando espaços de relevo na instituição. É na defesa do Estado e do cidadão que ambas instituições encontram pontos de convergência. Daí a importância deste evento indelével e enriquecedor para celebrar os 10 anos do CPC".

Participou também da mesa de abertura a procuradora-geral da União (PGU), Clarice Calixto, que defendeu a capacidade de o CPC oferecer soluções para problemas históricos, especialmente no modo como lida com a litigância no Brasil. Sua palestra no evento contribuiu para apresentar os esforços que a PGU desempenha para trilhar esse caminho de solução no sistema de precedentes.



Clarice Calixto, Procuradora-Geral da União; Paulo Mendes, Adjunto do Advogado-Geral da União.

ensejam um processo civil mais adaptável e uma inovação do acesso à justiça pelo sistema multiportas.

Ao abrir o evento, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Paulo Sérgio Domingues, proferiu a Palestra Magna sobre a eficácia das decisões judiciais e a força dos precedentes, destacando o papel do CPC/2015 em promover inovações como o sistema de precedentes e a conciliação. Segundo o ministro, o CPC possibilitou uma nova atuação da advocacia pública em relação a acordos, impulsionando a modernização institucional da AGU e sua cooperação com o Poder Judiciário. A necessidade de um sistema de precedentes levou a uma coordenação estratégica na AGU, que passou a atuar como um "grande escritório de advocacia" em defesa de temas estratégicos e em colaboração com o Judiciário, inclusive na pandemia da Covid-19. Domingues ressaltou que, "se a década de 2000 foi do acesso à justiça, agora é hora de incentivar mais a conciliação". Ele apontou que a jurisprudência ainda precisa se adaptar e avançar, sendo essencial pensar o CPC a partir do litígio público, e não apenas privado. Por fim, destacou que as alterações na sistemática de conexão e reunião de processos visam evitar decisões contraditórias, buscando solução rápida, igual e definitiva para os casos semelhantes, o que consolida a segurança jurídica.

Já o advogado-geral da União substituto, Flávio Roman, destacou que o Código, ao completar 11 anos de promulgação e 10 de vigência, trouxe ganhos significativos. As prerrogativas do CPC têm sido essenciais para os advogados públicos, impulsionando debates sobre honorários advocatícios e fomentando o sentimento de pertencimento, além de estabelecer métricas para a prestação de serviço. Roman pontuou que o balanço é positivo: "houve aumento no número de conciliações e na arrecadação, diminuição na rotatividade de pessoal e melhoria nos índices de satisfação, atendimento e cumprimento de prazos". Por sua vez, Paulo Mendes, adjunto do advogado-geral da União, destacou a iniciativa primorosa da ESAGU, ressaltando o caráter científico do seminário para debater o passado e o futuro do CPC. Segundo Mendes, "o novo código foi concebido para forjar um sistema processual moderno e flexível, que olha para o futuro". Ele enfatizou inovações como a possibilidade de negócios jurídicos processuais, algo antes impensável, mas hoje realidade, inclusive na advocacia pública, e o estabelecimento de um sistema de precedentes tipicamente brasileiro, que aumentou a segurança jurídica no direito processual civil brasileiro. E concluiu, afirmando que as premissas do CPC



Paulo Mendes, Adjunto do Advogado-Geral da União; Paulo Sérgio Domingues, Ministro do STJ; Flávio Roman, Advogado-Geral da União Substituto.

Homenageados dos 10 anos do Código de Processo Civil

O seminário reservou um momento especial para a entrega de medalhas a autoridades, em reconhecimento às suas contribuições fundamentais para aprovação do Código de Processo Civil. A homenagem, que contou com entrega de placa comemorativa confeccionada pela Escola Superior da AGU, ratificou a importância da interlocução entre a instituição e o Poder Legislativo, valorizando o impacto das carreiras públicas e políticas na estruturação do Estado Democrático de Direito. Entre os homenageados, destacaram-se:



Ministro Luiz Fux

O Ministro recebeu uma placa de agradecimento, confeccionada pela Escola Superior da AGU, entregue por João Carlos Souto, Diretor-Geral da ESAGU, Andrea Cajueiro, Diretora de Programa-DIPRO da ESAGU e Henrique Fulgêncio, Coordenador-Geral de Pós-Graduação da ESAGU, em reconhecimento à sua atuação como presidente da comissão de juristas responsável pelo anteprojeto do CPC/2015.



Sérgio Barradas Carneiro

Ex-deputado e relator do projeto do Novo Código de Processo Civil (NCPC), peça-chave para a modernização do rito processual no país, recebendo das mãos de Maria Santíssima Marques, Vice-Presidente da ANPREV, a placa de homenagem.



Efraim Filho

Senador da República, reconhecido por sua atuação parlamentar e contribuição ao debate público, recebendo das mãos de Valéria Ferreira, Presidente do SINPROFAZ, a placa de homenagem.



Hugo Leal

O Deputado Federal foi homenageado por sua trajetória e interlocução legislativa. Placa de homenagem entregue por Niomar Nogueira, Presidente da ANAUNI.



Ministro Paulo Teixeira

Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, cuja trajetória parlamentar foi celebrada no evento. Placa de homenagem entregue por Vitor Pinto Chaves, Presidente da ANAFE, e recebida pelo Corregedor-Geral da AGU, Heráclio Mendes de Camargo Neto.



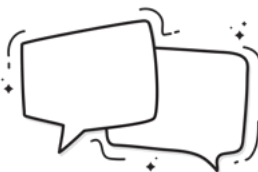
Bonifácio de Andrada (em memória)

Ex-deputado federal, que recebeu a homenagem póstuma por sua histórica e longeva dedicação à vida pública e ao Direito. Placa de homenagem entregue por Jarbas dos Reis, Presidente da ANAJUR, e recebida por Lafayette de Andrada (Deputado Federal), filho de Bonifácio de Andrada.



Allan Titonelli, Sérgio Barradas Carneiro, Efraim Filho, Maria Santíssima Marques, Niomar Nogueira, Jarbas dos Reis, Lafayette de Andrada e João Carlos Souto

Diálogos Processuais



Paulo Sérgio Domingues, Ministro do STJ.

Min. Paulo Sérgio Domingues

“

O CPC ajudou a virar um pouco a chave que a gente tinha nos anos 2000, que era a década do acesso à justiça. Agora é hora de prestigiar a conciliação.”

”

Ministro do STJ, Mestre em Direito pela Johann Wolfgang Goethe Universität (Frankfurt am Main-Alemanha).



Flávio Roman

“

O CPC buscou uma nova lógica. Que lógica é essa? É a lógica cooperativa que está estampada no artigo 6º, ao elevar a cooperação à característica de uma norma fundamental do próprio sistema de litígio.”

Advogado-Geral da União Substituto e Secretário-Geral de Consultoria da AGU, Mestre e Doutor em Direito Administrativo pela PUC/SP, Professor do IDP.



Flávio Roman, Advogado-Geral da União Substituto.



Isadora Cartaxo, Secretária-Geral de Contencioso da AGU.

Isadora Cartaxo



“

O CPC/2015 propiciou uma mudança de cultura no sistema judicial cível do País. Esses instrumentos vêm repercutindo, objetiva e significativamente, na redução da litigiosidade, demonstrando que a AGU tem conseguido êxito em sua missão. ”

Secretária-Geral de Contencioso da AGU, Mestre em Administração Pública pela FGV, Especialista em Direito Público pela UnB.



Clarice Calixto

“

O sistema de precedentes é a nossa bússola hoje na atuação contenciosa da AGU, juntamente por essa obsessão pela consensualidade como uma forma de pacificação social. ”

Procuradora-Geral da União, Doutora em Direito pela UnB.



Clarice Calixto, Procuradora-Geral da União.



Heraclio Mendes de Camargo Neto, Corregedor-Geral da AGU.

Heraclio Mendes de Camargo Neto



“

Em relação aos efeitos institucionais para a Advocacia Pública Nacional, a liderança no âmbito do CPC coube, por circunstâncias históricas, à Advocacia Pública Federal, para que fossem contemplados no texto os honorários aos advogados públicos do Brasil. ”

Corregedor-Geral da AGU, Mestre em Direito pela Universidade de Sheffield (Reino Unido).



Cláudia Trindade

“

A AGU está hoje se preparando para os desafios da modernidade. Essas revoluções paradigmáticas, como as apresentadas pelo novo Código de Processo Civil, nos possibilitou mudar uma chave. Essa mudança de chave mudou a Administração Pública, a Fazenda Pública em juízo. ”

Assessora Especial de Diversidade e Inclusão da AGU, Doutora em Direito Econômico e Financeiro pela USP.



Cláudia Trindade, Assessora Especial de Diversidade e Inclusão da AGU.



Renata Periquito, Subprocuradora Federal de Contencioso da PGF.

Renata Cunha



“

O grande desafio é garantirmos a efetividade das tutelas e dos direitos individuais e fundamentais dos cidadãos, mas, ao mesmo tempo, preservarmos a estabilidade do Estado e das instituições, para que não privilegiemos demasiadamente um desses valores de maneira que possa aniquilar o outro.”

Subprocuradora Federal de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal (PGF), Especialista em Direito Público.



Artur Orlando Lins

“

A promulgação do CPC de 2015 representou uma das mais profundas reformas estruturais do processo civil brasileiro. Inspirado por valores constitucionais como a segurança jurídica, a isonomia e a duração razoável do processo, o CPC/2015 promoveu uma mudança paradigmática na forma de compreender tanto o sistema recursal quanto o papel dos precedentes.”

Procurador Federal, Diretor-Adjunto da ESAGU da 5ª Região, Doutorando e Mestre em Direito pela UFPE.



Artur Lins Orlando Lins, Diretor-Adjunto da ESAGU da 5ª Região.



Daniel Mitidiero, Professor da UFRGS.

Daniel Mitidiero



“

Quando a questão é semelhante, mas não é idêntica, nós temos ainda a possibilidade de levar a questão a uma Corte Suprema para que ela escreva um novo capítulo dessa história. ”

Professor da UFRGS, Mestre e Doutor em Direito pela UFRGS, Pós-Doutor em Direito pela Universidade de Pavia (Itália).



Patrícia Perrone

“

Precisamos de precedentes claros e exequíveis. A falta de clareza das cortes gera insegurança jurídica e alimenta a litigância. O verdadeiro desafio hoje não é apenas respeitar o que foi decidido, mas produzir bons precedentes. ”

Procuradora do Estado do Rio de Janeiro, Professora da UERJ, Mestra e Doutora em Direito pela UERJ.



Patrícia Perrone, Procuradora do Estado do Rio de Janeiro.



Newton Ramos, Desembargador do TRF 1.

Newton Ramos



“

O acesso à justiça não deve ser visto apenas como a oportunidade de provocar o Poder Judiciário, mas sim como a capacidade de entregar respostas concretas àquilo que é de interesse da sociedade.”

Desembargador do TRF 1, Professor da UFMA, Doutor em Direito Processual Civil pela PUC/SP, Mestre em Direito, Estado e Constituição pela UnB.



Roberto Veloso

“

Dentre os avanços na perspectiva processual, houve a ampliação da recorribilidade na fase de execução e a consolidação de práticas de consensualidade, fundamentais para a efetividade da justiça.”

Desembargador do TRF 1, Professor da UFMA, Pós-Doutor em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, Mestre e Doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco.



Roberto Veloso, Desembargador do TRF 1.



Fabiane Oliveira, Diretora-presidente do IEJA.

Fabiane Oliveira



“

A consensualidade é um caminho irreversível para um novo direito do ajuste, da motivação e da busca por resultados reais ao cidadão, fortalecendo o Estado ao cumprir sua missão constitucional de forma mais célere e humana.”

Diretora-presidente do IEJA, Mestre e Doutora em Direito pela USP.



Rodrigo Maia

“

A melhor solução para a pacificação social é realmente a construção de soluções negociadas que conciliem o papel do Supremo como guardião da Constituição com o papel de alguém que assegure a segurança jurídica e a paz da sociedade.”

Desembargador TRE/MA, ex-Procurador-Geral do Estado do Maranhão, Mestre e Doutorando pela PUC/RS.



Rodrigo Maia, Desembargador do TRE/MA



Guilherme Pupe, Desembargador do TRE/DF.

Guilherme Pupe



“

O CPC de 2015 é muito simbólico, pois foi gestado em período não autoritário. Contudo, ainda é necessário superar reminiscências do autoritarismo líquido, que é aquele diluído em práticas cotidianas e em burocracias que impedem, talvez, do poder de exercer todo o seu potencial democrático.”

Desembargador do TRE/DF, Professor do IDP, Mestre e Doutor em Direito Constitucional pelo IDP.



Saul Tourinho Leal, Advogado e Pós-Doutor em Direito Constitucional.

Saul Tourinho Leal



“

O CPC de 2015 introduziu instrumentos sofisticados; contudo, a execução ultrapassa a técnica: ela é realidade. Como se sabe, os fatos frequentemente desafiam a norma, e o Direito deve prevalecer sobre as resistências práticas para garantir a efetividade da tutela executiva.”

Advogado, Pós-Doutor em Direito Constitucional pela Universidade de Humboldt (Alemanha).

Lucilene Rodrigues Santos



“

O CPC/2015 foi decisivo para assegurar que os advogados públicos detivessem a titularidade dos honorários, superando o modelo anterior que se restringia ao pagamento de subsídios.”

Chefe de Gabinete de Ministro do STF, Mestranda em Direito, Especialista em Direito Tributário pela PUC-COGEAE.



Lucilene Rodrigues Santos, Chefe de Gabinete de Ministro do STF.

Robson Maciel Jr.



“

É essencial debater a consensualidade na Administração Pública e os instrumentos do Código de Processo Civil, como negócios processuais e mediação, que, após dez anos, já provaram sua efetividade no Brasil.”

Advogado, Ex-Procurador-Geral da Alerj, Mestre em Direito pela UCAM.



Robson Maciel Jr. Ex-Procurador-Geral da Alerj, Mestre em Direito pela UCAM.

Saiu na Mídia



A realização do seminário "10 Anos do Código de Processo Civil" despertou ampla repercussão institucional e midiática, mobilizando as principais entidades representativas da Advocacia Pública Federal. A cobertura destacou o trabalho da ESAGU na promoção de um debate técnico de alto nível sobre os avanços da legislação processual brasileira. As publicações das associações de carreira enfatizaram a importância do evento para a classe:

≡ Advocacia-Geral da União

O que você procura?

[Home](#) > [Comunicação](#) > [Notícias](#) > [Seminário debate 10 anos do Código de Processo Civil](#)

JUSTIÇA


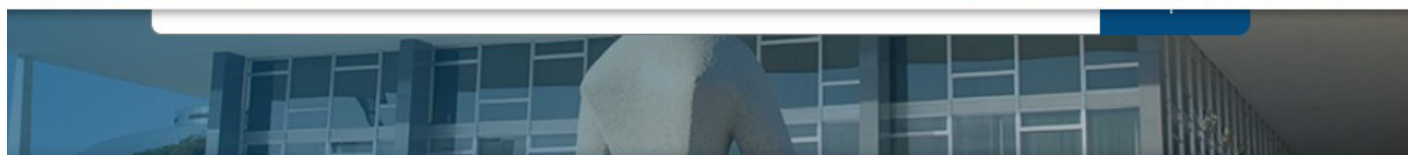
Seminário debate 10 anos do Código de Processo Civil

Realizado pela Escola Superior da Advocacia-Geral da União, o evento também discutiu diretrizes para fortalecer a atuação AGU no cenário nacional

Publicado em 19/03/2026 11h14

Compartilhe



Ir para: [1](#) conteúdo [2](#) menu [3](#) busca [4](#) rodapé  Acessibilidade [STF Educa](#) [Gestão de Pessoas](#) [Ouvidoria](#) [Transparência](#)

< Mais notícias

Ministro Luiz Fux recebe homenagem da Escola Superior da AGU

Ministro recebeu placa em agradecimento por sua contribuição como presidente da comissão de juristas responsável pelo anteprojeto do CPC/2015

25/03/2026 20:36 - Atualizado há 4 semanas atrás



Post Views: 1.750



Foto: Luiz Silveira/STF

Nesta quarta-feira (25), membros da Escola Superior da Advocacia-Geral da União (AGU) estiveram no Supremo Tribunal Federal (STF) para homenagear o ministro Luiz Fux pelos 10 anos de vigência do Novo Código de Processo Civil (CPC/2015). Estiveram presentes ao encontro o diretor-geral da Escola Superior da AGU, João Carlos Souto; a diretora de Programa,

 **ANAUNI**
Associação Nacional dos Advogados da União

HOME INSTITUCIONAL ▾ ASSOCIE-SE ▾ ACESSO RESTRITO NOTÍCIAS MULTIMÍDIA ▾ CONTATO ▾

ANAUNI participa de seminário “10 anos do CPC” e destaca avanços da legislação processual

por ANAUNI | mar 18, 2026 | Notícias, Slide | 0 Comentários



A ANAUNI, representada pelo presidente Niomar Nogueira, participou, nessa terça-feira (17), do seminário “10 anos do Código de Processo Civil”, realizado na Escola Superior da AGU, em Brasília.

A ANAUNI ressaltou os avanços conquistados na legislação processual e a participação ativa no debate sobre o decênio do código.

Pesquisar

Publicidade

 **XX ENAU**
Encontro Nacional dos Advogados da União
17º Encontro Nacional dos Advogados da União
07 A 10 DE NOVEMBRO DE 2019
CONTEÚDO EXCLUSIVO PARA MEMBROS E ASSOCIADOS DA ANAUNI
CONFIRA COMO FOI O ENAU 2019!

TV ANAUNI



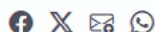
ANAUNI Facebook Fans

 **Anauni - Associação N.**
11.124 seguidores



NOTÍCIA - 17/03/2026

Vice-presidente da ANPPREV participa de seminário sobre os 10 anos do Código de Processo Civil



A ANPPREV destacou a participação de sua vice-presidência, reforçando o engajamento das carreiras com o aprimoramento das normas jurídicas.



ANAJUR

Associação Nacional dos Membros das
Carreiras da Advocacia-Geral da União

A Instituição

Publicações

Convênios

Notícias

Eventos

Fale Conosco

Área do Associado



ANAJUR marca presença no Seminário "10 anos do Código de Processo Civil"

[ÚLTIMOS INFORMES](#)

A ANAJUR marcou presença no encontro, valorizando o fórum como um espaço essencial de diálogo institucional.



Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais

Área do associado

- [Início](#)
- [Institucional](#)
- [Imprensa](#)
- [Eleições 2024](#)
- [Centro de Estudos da ANAFE](#)
- [Integridade](#)
- [Benefícios](#)
- [Contato](#)
- [Associe-se](#)

ANAFE participa de seminário da EAGU em comemoração aos 10 anos do Código de Processo Civil

Início / Destaque / ANAFE participa de seminário da...



Publicado em 17 de mar de 2026



- [HOME](#)
- [INSTITUCIONAL](#)
- [NOTÍCIAS](#)
- [PUBLICAÇÕES](#)
- [FILIADOS](#)
- [CONTATO](#)



NOTÍCIAS

Confira as notícias

Home / Notícias

17 mar, 2026

SINPROFAZ PARTICIPA DO SEMINÁRIO “10 ANOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL”



A ANAFE e o SINPROFAZ também deram visibilidade à comemoração da Escola Superior da AGU, reafirmando o papel estratégico do CPC para a eficiência da atuação da Fazenda Pública em juízo.



Seminário "10 Anos do Código de Processo Civil"

Coordenador-Geral: João Carlos Souto

Cordenadores-Adjuntos: Allan Tiltonelli e Paulo Mendes

Expediente

Informativo Seminário "10 Anos do Código de Processo Civil"

Coordenador-Geral e revisor: João Carlos Souto

Coordenador-Adjunto: Artur Orlando Lins

Pesquisa e organização: Luiz Fernando de Oliveira

Projeto gráfico: Walbert Kuhne

Palestrantes e moderadores (por ordem de exposição no evento):

João Carlos Souto

Paulo Sérgio Domingues

Flávio Roman

Paulo Mendes

Clarice Calixto

Sérgio Barradas Carneiro

Efraim Filho

Hugo Leal

Paulo Teixeira

Lafayette de Andrada

Heráclio Mendes de Camargo Neto

Alex Sarkis

Allan Tiltonelli

Lucilene Rodrigues Santos

Bárbara Camardelli

Artur Orlando Lins

Patrícia Perrone

Isadora Cartaxo

Daniel Mitidiero

Fabício da Soller

Saul Tourinho

Carlos Eduardo Frazão

Jarbas Soares Jr.

Robson Maciel Jr.

Rodrigo Maia

Fernanda Goulart

Fabiane Oliveira

Claudia Trindade

Cássio Scarpinella Bueno

Ana Karenina

Renata Cunha

Newton Pereira Ramos Neto

Renan Miguel Saad

Rodolfo Hartmann

Guilherme Pupe

Edilene Lôbo

Roberto Veloso

Apoio Técnico Escola Superior da AGU:

Luiz Fernando de Oliveira

Marcos Andrade

Jociane Ferreira

Ronan Cândido

Rafael Homero

Kamilla Souza

Walbert Kuhne

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

Jorge Rodrigo Araújo Messias
Advogado-Geral da União

Flavio José Roman
Secretário-Geral de Consultoria e Advogado-Geral da União Substituto

Anelize Almeida
Procuradora-Geral da Fazenda Nacional

Cristiano de Oliveira Lopes Cozer
Procurador-Geral do Banco Central

Isadora Maria Belem Rocha Cartaxo de Arruda
Secretária-Geral de Contencioso

Clarice Costa Calixto
Procuradora-Geral da União

Adriana Maia Venturini
Procuradora-Geral Federal

Cesar Dutra Carrijo
Secretário de Atos Normativos

Andre Augusto Dantas Motta Amaral
Consultor-Geral da União

Heraclio Mendes de Camargo Neto
Corregedor-Geral da Advocacia da União

João Carlos Souto
Diretor-Geral da Escola Superior da Advocacia-Geral da União

Diogo Luiz da Silva
Secretário de Controle Interno da Advocacia-Geral da União

Caio Castelliano de Vasconcelos
Secretário de Governança e Gestão Estratégica

Elisa Monteiro Malafaia
Secretária-Geral de Administração

Francis Christian Alves Bicca
Ouvidor/Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais

Comunicação Visual | ASCOM/ESAGU

Luiz Fernando de Oliveira
Walbert Kuhne Julio
Kamilla Leandro da Fonseca Souza

Equipe Audiovisual | ASCOM/ESAGU

Ronan Cândido
Rafael Homero
Marcos Andrade

Informativo
SEMINÁRIO

10
anos

**CÓDIGO
PROCESSO
CIVIL**